



CNSB

Colégio de Nossa Senhora da Bonança

Vila Nova de Gaia, 20 de dezembro de 2019
Exmos. Srs. Pais e Encarregados de Educação

Assunto: Contrato de Desenvolvimento de Apoio à Família – 2019/2020 (Ensino Pré-Escolar)

Recebemos da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar as orientações para instrução das candidaturas ao CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO DE APOIO À FAMÍLIA. Devido à limitação do valor do contrato, imposta pela DGAE, informamos que após esgotado esse valor, aplicaremos o critério de seriação, excluindo as candidaturas com maior capitação.

1 – Documentos

- Fotocópia da declaração de IRS (modelo 3) e respetivos anexos e demonstração de liquidação com detalhes, referentes ao ano anterior (2018), ou certidão emitida pelos Serviços de Finanças, comprovativa dos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar;
- Em caso de situação de desemprego atual de qualquer dos elementos ativos do agregado familiar, deve ser apresentada declaração passada pelo centro distrital de solidariedade e segurança social da zona de residência, da qual conste o montante do subsídio de desemprego auferido, com indicação do início e termo dessa situação. Este montante deve substituir o valor correspondente ao rendimento do titular atualmente em situação de desemprego.
- Mod. DRE/EPC N.º 8/94, que anexamos. Este modelo deve ser impresso e, depois de todos os campos devidamente preenchidos, é autenticado pela junta de freguesia (para todos os alunos).
- Encargos com a habitação, pelo valor anual, referentes ao ano 2018 ou atuais, até ao montante máximo de 2.095 €, comprovados através de recibo da renda de casa devidamente preenchido (morada, identificação e n.º de contribuinte do senhorio), nos termos do n.º 5 do art.º 35 do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, ou de declaração da entidade financiadora do empréstimo (referindo nesta, obrigatoriamente, a morada e que o mesmo se destina a habitação própria permanente).
- Encargos com a saúde que devem ser comprovados através da documentação original dos encargos com a saúde, não reembolsados, ou pelo valor constante na declaração de IRS de 2018 (Anexo H, Quadro 6 C, Códigos 651 e 652) ou pela demonstração de liquidação do IRS de 2018.

2 – Casos Específicos

- Os elementos do agregado familiar que não exerçam qualquer atividade profissional deverão apresentar declaração da Segurança Social em como não efetuam qualquer desconto;
- Se o agregado familiar incluir tios, avós, etc., deverão ser declarados os respetivos rendimentos (salários, pensões de reformas, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção ou qualquer outra prestação pecuniária);
- No caso de pais separados, deverá ser feita a prova de pensão de alimentos ou apresentação de documento que justifique a ausência da mesma.

3 – Fórmula para calcular a CAPITAÇÃO: $RC = (R - C - I - S - H) : (12 \times N)$

RC = Rendimento per capita;
R = Rendimento bruto anual do agregado familiar;
C = Valor das contribuições pagas para regimes obrigatórios de segurança social;
I = Total de impostos pagos;
H = Encargos anuais com habitação (até 2.095,00 €)
S = Despesas de saúde não reembolsadas;
N = Número de pessoas que compõem o agregado familiar.

4 – Escalões e Valores da comparticipação;

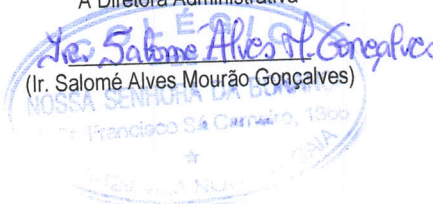
ESCALÕES	CAPITAÇÃO	% S/1.788,65	MONTANTE
1º	Até 197,48€	60%	1.073,19€
2º	De 197,58€ a 300,44€	43%	769,12€
3º	De 300,58€ a 398,57€	33%	590,25€
4º	De 398,58€ a 541,08€	28%	500,82€

5 – Agradecemos que os mesmos sejam entregues nos Serviços Administrativos até 31/01/2020, impreterivelmente.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora Administrativa

(Ir. Salomé Alves Mourão Gonçalves)



aprendizagem de excelência, feliz, inovadora e em interioridade cristã



Rua Dr. Francisco Sá Carneiro
n.º 1366, 4400-129
Vila Nova de Gaia
Portugal

telf. +351 223753015
fax. +351 223793051